

O caso das fazendas dos candidatos está resolvido: houve acordo.

As denúncias sobre as precárias condições de trabalho em fazendas dos grupos econômicos liderados por Antônio Ermírio e Paulo Salim Maluf acabaram sendo usadas como trunfos pelos demais candidatos no debate. Mas, se elas criaram situações embaraçosas para os pretendentes ao governo paulista, provavelmente trarão benefícios para aproximadamente 35 mil trabalhadores em todo o Estado em idêntica situação. Ontem a Associação Paulista de Fabricantes de Papel e Celulose comprometeu-se a estender para o Estado o acordo firmado pelas empresas envolvidas e a Secretaria das Relações do Trabalho.

"O que vimos é uma imoralidade para o Estado e o País", resumiu a secretária Alda Marco Antônio (foto), que foi pessoalmente investigar as denúncias de trabalho semi-escravo em fazendas de reflorestamento para extração de madeira e produção de carvão mineral nas regiões de Itapetininga e Angatuba. As fazendas de exploração de madeira pertencem a grandes grupos como Bradesco, Palhinha Indústria e Comércio de Bebidas, Eucatex Florestal Ltda. — da qual Maluf faz parte —, Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê. Entre os locais visitados, apenas a Fazenda Nitroquímica, a Sociedade Agrícola Santa Helena, pertencente ao grupo Votorantim — de propriedade de Antônio Ermírio —, dedicava-se à produção de carvão mineral.

Nas fazendas de exploração de madeira, a produção é vendida para fábricas de papel e celulose que, por sua vez, contratam os serviços de terceiros para realizar a exploração. São estes empreiteiros — os "gatos" — que contratam a mão-de-obra. A Secretaria constatou que na maioria dos casos — com exceção da Cia. Suzano de Papel e Celulose — os trabalhadores eram submetidos a um regime de semi-escravidão, morando isolados e sem receber qualquer tipo de assistência. O pagamento era feito em gêneros alimentícios ou material de trabalho fornecidos pelos próprios "gatos", e os empregados nunca conseguiam saldar suas dívidas.

Difícil provar?

A situação era idêntica em praticamente todas as fazendas de exploração de madeira, inclusive na Fazenda Nossa Senhora de Lourdes, de propriedade da Eucatex Florestal Ltda. Neste local, o trabalho era agenciado pela Eucaflora Agricultura e Comércio Ltda., com sede em Porto Feliz. A secretaria não tem condições de saber se esta empresa pertence ou não ao grupo Eucatex. Mas este foi o argumento usado por Maluf para dizer que não tem responsabilidade sobre o que está acontecendo. Um argumento que não é aceito pela secretária. Uma terceira empresa — Eucaflora Reflorestamento Ltda., do Mato Grosso do Sul — apressou-se a esclarecer que nada tem a ver com a questão.

— O fato de estar existindo trabalho escravo em uma fazenda implica na responsabilidade de seus proprietários perante a lei — explicou Alda Marco Antonio. — O próprio Ministério Público defende a tese de responsabilidade solidária, embora o proprietário do imóvel não contrate diretamente a mão-de-obra. O representante do Ministério Público tomará as providências legais exigidas, já que o trabalho semi-escravo é crime previsto na legislação.

Se na fazenda do Grupo Votorantim não ficou configurado o trabalho semi-escravo, a situação dos trabalhadores não era menos precária. Só os homens eram contratados, segundo a secretária, mas mulheres e crianças também trabalhavam. Um relatório da Secretaria diz que "como um homem sozinho não é capaz de atingir a cota mínima de produção, vê-se obrigado a jogar toda a família no trabalho. Mulheres e crianças, apesar de trabalharem nas mesmas condições dos homens, não são registradas, não recebem salários e não têm qualquer garantia

legal. Foram vistas trabalhando crianças de 10, 11 e 12 anos, expostas ao calor e aos gases que emanam dos fornos".

Acordo feito

Alda Marco Antonio informou que a situação já foi regularizada em todas as fazendas, com a contratação das pessoas que efetivamente trabalham, com salário mínimo de Cz\$ 1.012,00. Os empresários, através de seus representantes legais, comprometeram-se a cumprir integralmente o estatuto rural, a colocar um veículo para o transporte dos trabalhadores em caso de doenças e compras, a fornecer equipamentos de proteção e material de trabalho. Até aí, nada mais que o cumprimento da lei. Mas do acordo firmado constam ainda as cláusulas de construção de moradias adequadas para os trabalhadores e a permissão para que o sindicato visite os trabalhadores a cada 15 dias — fiscalizando, na prática, o cumprimento do acordo.

E as prefeituras comprometeram-se a fornecer uma condução para que as crianças possam freqüentar a escola.

— Conseguimos avançar no que a legislação exige, — contou a secretária. O mais importante é que a Associação Paulista Fabricantes de Papel e Celulose comprometeu-se a reunir seus associados e estender estas conquistas a todo o Estado, pois estimamos que existam 35 mil trabalhadores submetidos a iguais condições de trabalho. As empresas proprietárias das fazendas irão exigir daqui para a frente que as empresas fabricantes de papel cumpram as cláusulas estabelecidas no acordo, em documento firmado no próprio ato da venda da madeira. Acredito que caminhamos para resolver a situação.

O prefeito de Angatuba, Emílio Carlos Lisboa, do PMDB, disse que "explorar politicamente o grave problema ocorrido nas fazendas de reflorestamento do nosso e de outros municípios da região é falta de seriedade". Lisboa lembrou que a situação essa quase resolvida depois do acordo assinado entre as empresas, empreiteiros e representantes dos trabalhadores, e admitiu que ainda existem pessoas trabalhando em condições subumanas, "mas a situação caminha para a normalização". Segundo o prefeito, as condições de trabalho na fazenda de Antônio Ermírio são mais dignas que em outras, e está havendo boa vontade de todos para resolver o problema.

Jane Soares e José Maria Tomazelli